

A cor da tinta

Franklin Goldgrub

Um dos preceitos mais importantes do jornalismo é a isenção. Quando se trata de um assunto polêmico, recomenda-se que os diferentes pontos de vista sejam igualmente representados. Nem sempre jornais e revistas seguem tal norma, o que não deixa de ter conseqüências. O leitor adepto da imparcialidade e de informações verossímeis percebe facilmente que, de certas publicações, só pode esperar o oposto. Uma solução possível, nesse caso, é consultar meios cujas análises e relatos contemplem os diversos ângulos que as situações complexas costumam oferecer. Mas há quem prefira confirmar as próprias certezas, evitando o que possa questioná-las.

Seria esta a característica do público a quem PucViva se dirige e pretende representar? Dificilmente. A vivência universitária se coaduna muito mais com a atitude crítica e a independência de pensamento. Conseqüentemente, cabe afirmar que, em sua maioria, os alunos, professores e funcionários da universidade dispensam palavras de ordem e bitolas intelectuais. Tais reflexões vêm a propósito de três textos sobre o Oriente Médio que PucViva Revista publicou em seu último número, cujo grau de partidarismo talvez só encontre paralelo na linguagem da propaganda comercial.

Saramago tem todo o direito de afirmar que os israelenses estão dando aos palestinos o mesmo tratamento que os nazistas dispensaram aos judeus em Auschwitz; Petras prefere a analogia com o Levante do Gueto de Varsóvia. O papel, como se sabe, aceita tudo; o microfone também. Um pouco mais difícil é sustentar tais comparações com argumentos. Há fatos bem conhecidos que levam a conclusões muito diferentes.

- 1) Os nazistas pretendiam exterminar o povo judeu (bem como as demais populações não arianas).
- 2) O Estado de Israel nunca teve e não tem por objetivo exterminar o povo palestino.
- 3) Desde sua fundação na década de 1960, até 1994, quando foi assinado o Acordo de Oslo, os estatutos da Organização de Libertação da Palestina (OLP) estipulavam como meta a destruição do Estado de Israel.
- 4) Países como o Irã e o Iraque proclamam a mesma intenção até hoje. Além de financiar, treinar e armar as milícias terroristas, remetem vultuosas somas às famílias dos suicidas/homicidas.

5) O Hamas, a Jihad, as duas frentes de libertação da palestina (Nacional e Popular), a Brigada dos mártires de Al Aksa e o Tanzim consideram legítimo atacar civis israelenses. Tais grupos competem em índices de baixas e são financiados proporcionalmente ao seu grau de letalidade.

6) As milícias citadas não sofrem qualquer tipo de restrição por parte da Autoridade Palestina e operam livremente em seu território.

7) Os atentados terroristas são festejados por uma parcela da população palestina, incitada por ativistas e meios de comunicação.

8) Os livros usados nas escolas palestinas apresentam Israel e os judeus como inimigos que devem ser eliminados; a rádio, a televisão e a imprensa veiculam a mesma concepção.

9) O terrorismo palestino não é consequência da ocupação da margem ocidental do Jordão; surgiu nos anos de 1950, persistiu durante as negociações de Camp David e Oslo, e prossegue atualmente.

Do seu lado, Israel protege a população palestina durante as operações militares. Nem sempre é possível evitar baixas, porque os terroristas se escondem deliberadamente entre civis. O exército abre inquérito e freqüentemente condena comandantes e soldados que, porventura, tenham cometido abuso de poder. As operações na Cisjordania tem por único objetivo evitar atentados. Mais de cento e quarenta terroristas suicidas foram presos antes de chegar ao destino e aproximadamente doze morreram sem causar vítimas, por detonação antecipada das bombas; sem isso, calcula-se que o número de mortos, mutilados e feridos israelenses (mais de seiscentos até agosto de 2002) teria sido três ou quatro vezes maior. Quase todos os terroristas que puderam ser interceptados o foram nas próprias cidades palestinas ou em bloqueios de estradas. O retorno das tropas israelenses à margem ocidental do Jordão não é causa, mas sim consequência dos atentados, porque constitui a maneira mais eficaz, talvez a única, de evitá-los. O Estado de Israel aceita ser responsabilizado judicialmente pela morte de inocentes. Correspondentemente, a justiça israelense determina que o Estado pague indenização à família das vítimas. Há organizações israelenses que defendem os direitos dos cidadãos palestinos não vinculados ao terrorismo, prejudicados física ou materialmente nas operações militares. Por outro lado, os cidadãos israelenses de origem árabe, um quinto da população do país, possuem os mesmos direitos que judeus e drusos, exceto o de prestar o serviço militar.

Quem considera que a atitude de Israel perante a população palestina e árabe-israelense é equivalente à do nazismo não somente nega evidências como as acima mencionadas, mas também pretende ocultar que o ódio e a intolerância constituem parte integrante da política oficial defendida pela Autoridade

Palestina. O regime de Arafat não faz senão seguir o que é norma entre as ditaduras da região, caracterizadas pela opressão política e a intolerância étnico-religiosa. Os conflitos provocados pelo fundamentalismo islâmico não se restringem a Israel. Ocorrem também na Caxemira, Indonésia, Filipinas, Líbano, Chechênia, Egito (perseguição aos coptas) e dividem o próprio mundo muçulmano. Jordânia, Egito e Síria reprimiram duramente sublevações fundamentalistas e a guerra de nove anos entre o Irã xiita e o Iraque sunita matou um milhão de pessoas.

O Dicionário Houaiss define genocídio nos seguintes termos: "Extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso".

"Vamos jogar os judeus no mar": este era o lema sob o qual cinco exércitos árabes, reforçados com voluntários de dois outros países, invadiram Israel em 1948, após a proclamação simultânea dos Estados de Israel e da Palestina por parte da ONU. Nas duas guerras seguintes (1967 e 1973), o mote permaneceu o mesmo.

As estatísticas computadas até 9 de agosto de 2002 indicam que 84% das perdas israelenses resultantes da Intifada referem-se a civis; 75% ocorreram em território israelense. Assassinadas em ônibus, creches, restaurantes, cafés, ruas, terminais, discotecas, estradas, durante a ceia da Páscoa ou em cerimônias de "Bar Mitzvah" e, mais recentemente, na Universidade Hebraica de Jerusalém, essas pessoas morreram unicamente em virtude de sua nacionalidade ou porque se encontravam em território israelense. Entre elas, também figuram árabes e estrangeiros. Ao redor das mortes, há um cortejo de feridos e inválidos, duplicando ou triplicando o número de vítimas; ao explodirem, as bombas disseminam pregos, destinados a maximizar os danos. Talvez os professores Petras, Arbex e Erson tenham outra definição para tais fatos, mas se o Houaiss não estiver errado, trata-se patentemente de "extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso".

Em contraste, mais da metade (51%) das baixas palestinas ocorreu em combate. Essa porcentagem aumenta consideravelmente se forem levadas em consideração as execuções de chefes de milícias e células do Hamas, da Jihad, das Frentes de Libertação, do Tanzim e da Al Aksa, emboscados com a finalidade de prevenir novos atentados. Ela se expande mais ainda quando são incluídos os homens-bomba, os militantes mortos em bombardeios de arsenais e em acidentes com fabricação de explosivos, além da execução ou linchamento de palestinos considerados "colaboradores de Israel". As estatísticas desmentem o teor dos artigos publicados pela PucViva Revista;

entre os palestinos, as baixas civis constituem a minoria e devem-se à utilização da população como escudo.

O caso de Jenin é típico: os moradores foram incentivados pela Autoridade Palestina a permanecer no campo de refugiados, apesar dos pedidos feitos pelo exército israelense para que se retirassem. Não se sabe se teriam a possibilidade de fazê-lo ou se foram tomados como reféns, similarmente ao que aconteceu em Belém. De qualquer maneira, a mídia publicou as cifras do massacre sem a preocupação de conferir as informações fornecidas pela AP. As primeiras notícias registravam cinco mil baixas, número que pouco depois foi reduzido para quinhentos. A Comissão da ONU constatou a morte de cinquenta e dois palestinos, a maioria constituída por combatentes, e vinte e três israelenses. A ONU é insuspeita; todas as suas votações são favoráveis aos palestinos, em virtude da "maioria automática anti-israelense" assegurada pelos países árabes e muçulmanos, somados alguns votos do assim chamado terceiro mundo e da União Européia. O relatório da Comissão, porém, não foi divulgado em manchetes, como o suposto massacre. Talvez seja por esse motivo que o professor Petras repita, em seu artigo, as distorções iniciais. Ou, quem sabe, seus motivos sejam outros. O certo é que, depois da retirada do exército e do fim do cerco à Mukata, em Ramallah, Arafat foi visitar o campo de refugiados de Jenin para congratular-se com os heróis da resistência. Não pôde sequer subir ao palanque; diante da indignação dos residentes, voltou ao helicóptero.

Não se trata de agressão cometida pelo quarto exército mais poderoso do mundo contra um povo indefeso, mas de uma luta incessante para impedir que os perpetradores de atentados consigam seu objetivo. Se Israel tem um exército forte não é porque visa a massacrar os palestinos, como o Prof. Arbex dá a entender. De que outra maneira poderia defender-se das ameaças de destruição proferidas por regimes ditatoriais que regem aproximadamente duzentos milhões de pessoas desprovidas de qualquer direito político e, portanto, sem nenhum contróle sobre as decisões dos respectivos governos? Como já se disse tantas vezes, se os palestinos depusessem as armas, no dia seguinte haveria paz; se Israel depusesse as armas, no dia seguinte não haveria país. Jenin é um exemplo de auto-contenção. O bombardeio aéreo teria sido a opção mais fácil, mas foi descartado para não sacrificar moradores indefesos. Em compensação, o exército israelense sofreu grande número de baixas.

Atribuir os atentados terroristas ao desespero é mais uma falácia. Dados do Banco Mundial mostram que a Autoridade Palestina recebeu a ajuda internacional mais vultuosa dos últimos anos, a maior parte em forma de doação. O plano Marshall, que financiou os países europeus após a segunda guerra mundial, representou US\$ 272 por pessoa; a soma doada aos palestinos a partir dos Acordos de Oslo (1994) é cinco vezes maior (US\$ 1.330 per capita). No ano de 2000, o montante do financiamento somou US\$ 636 milhões, contra US\$ 185mi para a Bósnia, segunda beneficiada. É bem

verdade que esse dinheiro, em sua quase totalidade, não chegou ao seu destino. Foi desviado para contas particulares e usado para financiar grupos terroristas. Em agosto de 2002, os bens de Arafat foram avaliados em um bilhão e trezentos milhões de dólares. Provavelmente um recorde, que supera as contas de Papa Duvalier (Haiti), Mobutu (Zaire) e Abacha (Nigéria). Comparativamente, os ganhos de Nicolau, Maluf, Collor e Menem ficam reduzidos à dimensão de uma esmola.

Trata-se de um montante que alimentaria folgadoamente durante um ano os três milhões de habitantes da margem ocidental. Será que depois dessa informação a desnutrição das crianças palestinas continuará sendo atribuída a Israel? O governo de Arafat seguiu à risca a cartilha das outras ditaduras do Oriente Médio, que evitam investir em educação, saúde, habitação, transporte e infraestrutura econômica. É uma tática de manutenção de poder bastante conhecida. O desenvolvimento econômico fortalece segmentos sociais que ameaçam a hegemonia da aristocracia, do exército e do clero. No caso da Autoridade Palestina, o desemprego auto-infligido e a propaganda maciça, somados a um salário, empurram parte da população masculina para a opção terrorista.

A satanização de Israel, freqüentemente empreendida mediante acusações dirigidas ao seu primeiro ministro, Ariel Sharon, se vale dos mais diversos pretextos. O massacre de refugiados palestinos no Líbano é o mais comum. Na Bélgica, foi criado recentemente um tribunal para processar os responsáveis por crimes semelhantes. Em Sabra e Chatila, morreram de trezentas a duas mil pessoas, conforme a informação provenha respectivamente da Cruz Vermelha, do Exército de Israel ou de fontes palestinas. O tribunal pretende indiciar Ariel Sharon, que na época era ministro de defesa de Israel.

Os massacres foram comandados por Elie Hobeika, líder da Milícia Cristã Libanesa (aliada de Israel em 1982), dois dias depois do atentado que matou o presidente eleito do Líbano, Bachir Gemayel, cristão maronita. Hobeika entrou nos campos de refugiados a pretexto de combater grupos armados e obter informações sobre os autores do atentado, atribuído à facção muçulmana. Ao invés de fazê-lo, ele assassinou moradores desarmados, aparentemente movido pela vingança, agindo de acordo com práticas comuns na guerra civil libanesa (cem mil pessoas mortas entre 1975 e 1990).

Israel nomeou uma comissão de inquérito, presidida por Itzhak Kahane, cujo objetivo era "...preservar a integridade moral de Israel e o seu funcionamento enquanto estado democrático que adere escrupulosamente aos princípios fundamentais do mundo civilizado". Vale registrar também o comentário final: "Não temos a ilusão de que os resultados desta investigação possam convencer ou satisfazer pessoas nutridas por preconceitos e que se guiam pelo

partidarismo. Nossa investigação não é dirigida a esse público". Além de constituir um procedimento absolutamente condenado por Israel, não havia qualquer motivo para o massacre, que só poderia interessar à propaganda anti-israelense. Apesar de absolver os militares do delito propriamente dito, a comissão Kahane lhes impôs penalidades e destituiu Sharon do Ministério da Defesa, condenando-o por não ter previsto o desenrolar dos acontecimentos. Permitir que Hobeika entrasse nos campos de refugiados, levando em conta os antecedentes do conflito fratricida libanês, marcado por constantes vendettas, foi considerado um erro lamentável. Hobeika, ao contrário de Sharon, não enfrentou qualquer ação judicial. Após os acontecimentos de Sabra e Chatila, assumiu dois ministérios libaneses e se elegeu deputado em 1992 e 1996. Nesse ínterim, já se tornara aliado do regime sírio que controla o Líbano até hoje.

A insinuação feita pelo prof. Arbex de que o assassinato de Elie Hobeika foi cometido por Israel para evitar que ele testemunhasse contra Sharon no tribunal belga não tem plausibilidade. Hobeika, que não era subordinado ao exército israelense, é o responsável direto pelo massacre. Sharon foi indiciado, enquanto o criminoso foi convocado como mera testemunha, o que revela nitidamente o viés do tribunal. Quanto a Hobeika, os analistas políticos internacionais comentaram que tanto os militantes cristãos como o regime sírio eram os principais interessados em sua morte.

O curioso texto de José Peres (Questão judaica, questão social), considerado pelos editores como uma "interessante análise da questão judaica", revela a visão que o comunismo tinha acerca do tema na época (1933).

Ao contrário do que o professor Erson afirma ao apresentar o artigo, pode-se aceitar que o antisemitismo seja uma questão social e ao mesmo tempo considerar que o sionismo constitua uma resposta possível, embora não a única, ao preconceito. Peres une a crítica ao antisemitismo à negação da existência do povo judeu. O judeu não seria mais discriminado quando deixasse de existir como tal. Israel, portanto, é desnecessário. Seria essa a posição de PucViva Revista?

Cabe observar que quem decide quanto à própria identidade são os interessados, e se Peres, seja qual for sua origem étnica, pretende legislar sobre a questão, deveria perguntar por que milhões de judeus se definem dessa maneira.

"Questão judaica, questão social" incorre em contradições consideráveis e professa juízos de valor não só discutíveis, como também ofensivos: "Os asquenasitas... falam um jargão pobre e corrompido, informe de hebreu e de alemão, injetado de detritos do velho francês da Champagne (...) os

sefarditas (...) conservaram (...) o gosto de uma língua mais pura e mais ordenada (...) uma inclinação forte e um instinto de dominação que lhes assegura a supremacia forte, por si mesmo (sic), onde se encontram em minoria". A essas opiniões de Teodoro Reinach, que cita aprobativamente, Peres acrescenta as suas: "(...) que deram os judeus que emigraram para o Marrocos? Nada, a não ser sombras espectrais de velhos fanáticos de sinagoga".

Além do preconceito, a contradição. Os judeus marroquinos pertencem ao ramo "sefaradí".

Depois de assinalar a inexistência de qualquer base genética que justifique a existência de uma "raça judaica", Peres faz reparo semelhante à pretensão nazista de que os alemães sejam arianos puros. Em nenhum momento, porém, utiliza esse mesmo raciocínio para questionar a existência da Alemanha e da Áustria. Aliás, de acordo com o critério citado, bem poucas nações seriam legitimadas pelo autor do artigo e por aqueles que pensam como ele.

Por outro lado, a existência de dois grandes ramos do judaísmo ("sefaradí" e "ashkenazi"), com seus respectivos idiomas (ladino e iddish), a cisão da esquerda judaica (socialistas sionistas e não sionistas) e a divisão de classe (grande burguesia, pequena burguesia, operariado) nada têm de surpreendente. Um povo não se define pelo fenótipo nem pela uniformidade ideológica. Talvez Peres e seus correligionários comparem desfavoravelmente essa pluralidade com o monolitismo que caracterizou a União Soviética durante a era stalinista, mas o desmoronamento do regime revelou não só a presença de divisões políticas e étnicas, como também mostrou que sete décadas de socialismo (ou capitalismo de estado) foram insuficientes para solucionar a "questão judaica". Efetivamente, o antisemitismo ressurgiu na Ucrânia, na Bielorrússia e na própria Rússia, bem como em outros países da Europa.

Independentemente de o antisemitismo constituir a principal razão do sionismo ou se a milenar aspiração de retornar à terra de origem pode ser considerada um elemento igualmente importante, Israel, ao contrário das previsões do autor de "Questão judaica, questão social", não foi esmagada "pela dialética implacável da história, com punho de aço". A "pobre nesga de terra", a "soledade pétrea da terra", foram efetivamente transformadas em campos produtivos e jardins. Tampouco se tratou de uma conquista militar, modo pelo qual Peres justifica a diáspora ("...as terras se perdem pela conquista"). Em parte, as propriedades foram compradas a latifundiários, em parte cultivou-se extensões abandonadas por falta de valor econômico. Vastas regiões áridas, semi-desérticas e pantanosas foram recuperadas. A coletivização e o cultivo da terra por cooperativas agrícolas equivale a uma reforma agrária bem sucedida. A imigração de judeus argentinos e de outros países continua e não resulta do roubo de terras palestinas, como quer Petras, a quem algum estudo sobre a formação de Israel seria de grande utilidade.

Além das contribuições científicas e aplicações práticas das quais o país pode se orgulhar, em Israel acontece uma experiência social fora do comum. Em acréscimo à originalidade da organização social kibutziana, o contato entre grupos oriundos das mais diversas famílias culturais - judeus africanos da Etiópia, sefaradim provenientes dos países árabes, ashkenazim da Europa ocidental e da Europa eslava, árabes e drusos - tem proporcionado não pouco

material para a reflexão sobre a convivência entre as diferenças, com nuances de cooperação e conflito, desconfiança e solidariedade, integração e isolamento.

Algo exatamente oposto tem caracterizado os países árabes e muçulmanos, nos quais as minorias, étnicas e políticas, têm sido crescentemente discriminadas - sem falar no tratamento dispensado às mulheres e aos homossexuais. Quando o professor Arbex condiciona o fim do conflito também ao retorno dos refugiados palestinos, talvez esteja esquecendo que aproximadamente setecentos mil judeus foram expulsos ou fugiram dos países islâmicos nas décadas de 1950 e 1960. Diferentemente, os quinhentos mil palestinos que deixaram Israel após a guerra de 1948 temiam sofrer represálias pelos massacres cometidos - aos quais Peres se refere já em 1933 - e/ou seguiram o preceito de que muçulmanos não podem ser governados por não-muçulmanos.

O êxodo dos judeus do Islam - Iemen, Irã, Iraque, Marrocos, Síria, Tunísia e Egito - costuma ser desconsiderado, porque a grande maioria dos desterrados emigrou para Israel e foi absorvida. Ao contrário, os palestinos foram confinados em campos de refugiados e lhes foi negada a cidadania dos países árabes onde residem (Jordânia, Líbano e Síria), para utilizar a precariedade de sua condição como trunfo nas negociações. Qualquer discussão séria acerca do problema deve levar em conta, na íntegra, os dados mencionados.

A intolerância dos regimes árabes e muçulmanos não é apenas étnica. Em agosto de 2002, o governo sírio libertou Haitham Naal, militante comunista, depois de vinte e oito anos de encarceramento. O gesto humanitário se deve a que Naal sofre de câncer de uretra. Cinco membros do seu grupo foram executados em 1977 e dois outros cumprem pena desde então. Calcula-se em mil o número de prisioneiros políticos na Síria. Não há qualquer razão para pensar que a situação seja diferente no Irã, Iraque, Egito, Iêmen, Líbia e demais países do Islã, cujos regimes ignoram os direitos humanos. Não consta que os professores Petras, Arbex e Erson dêem muita importância ao fato, que certamente conhecem.

A observação acima não é gratuita e está plenamente conectada com o conflito árabe-israelense.

Ao contrário do enfoque habitual, que o professor Erson representa bem quando escreve "...guerra do Estado judaico contra o povo palestino", a soberania palestina não é ameaçada por Israel. A interferência nos assuntos internos palestinos tem outra proveniência. Os interesses e as conveniências do poder em nações como Egito, Jordânia, Iraque, Irã, Síria e Arábia Saudita é que determinam há muito tempo a política da OLP.

Não interessa aos regimes desses países, muito pelo contrário, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural que se seguiriam inevitavelmente à paz. A incompreensível recusa da proposta de Barak em Oslo só pode ser entendida se for levado em conta que Arafat não toma decisões próprias nesse terreno. O desenvolvimento econômico da margem ocidental, favorecido pela integração

com o mercado israelense, acarretaria a democratização progressiva, a elevação do nível de vida e a laicização da sociedade palestina. Em breve, os cidadãos sírios, iraquianos, iranianos, sauditas, líbios, egípcios e das demais nações da região reivindicariam o mesmo.

Israel é uma excelente justificativa para o belicismo de seus vizinhos, tiranias dinásticas, castrenses ou clericais, cuja recusa em investir no desenvolvimento econômico e social repousa num motivo bem conhecido: a conservação do poder. Nesse sentido, os regimes ditatoriais do Oriente Médio têm menos interesse na destruição de Israel do que na manutenção do status quo. Ironicamente, algo semelhante ocorreu na América Latina após a revolução cubana (1958). Não houve um país ao sul do Rio Grande que tenha escapado aos golpes militares programados em Washington. Os EUA boicotaram (e boicotam) Cuba, como os países árabes boicotaram e boicotam Israel. A ilha foi isolada para impedir qualquer contaminação; o mesmo acontece no Oriente Médio. Igualmente pertinente é a comparação com a aventura agônica do regime militar argentino nas Malvinas. A vitória teria propiciado alguma sobrevida aos triunviratos que ocuparam a Casa Rosada. O interesse na manutenção do poder e o temor aos processos pelos crimes cometidos levaram os generais a sacrificar centenas de jovens soldados nas ilhas geladas, a pretexto de combater o colonialismo. Os kelpers, porém, não revelaram qualquer interesse na cidadania argentina, que, naquele momento, teria significado serem governados por generais responsáveis pela morte sem julgamento de trinta mil pessoas. O mesmo acontece com os árabes israelenses, que não demonstram qualquer entusiasmo em terem como presidente Yasser Arafat. As oligarquias do Oriente Médio, como os militares argentinos, e sob o mesmo pretexto de combater o colonialismo, obedecem apenas a seus próprios interesses quando empurram os adolescentes palestinos para a morte.

Na mesma década de 1930, em que Peres publicou seu livro, conta-se que um escritor moscovita foi condenado a passar o resto de seus dias na Sibéria. Antes da viagem, pôde despedir-se de parentes e amigos, a quem prometeu permanecer em contato e contar sua experiência. Como era previsível que as cartas seriam censuradas, combinou que as afirmações verdadeiras seriam escritas em vermelho enquanto a tinta azul seria usada para transmitir informações exatamente opostas à realidade. Um mês depois, chegou a primeira carta, surpreendentemente escrita em tinta vermelha. O prisioneiro relatava que os alojamentos eram confortáveis, a comida ótima, o trabalho agradável, as tardes passadas em bibliotecas, as noites em cinemas, teatros e salões de bailes. Já quase não se lembrava de Moscou e lamentava dizer que não sentia saudades de ninguém. Depois da assinatura, acrescentou: "P.S. O único problema deste lugar maravilhoso é que não se encontra tinta azul de jeito nenhum".

Há quem disponha dela em abundância.

Sábado, 24 de agosto de 2002.

www.franklingoldgrub.com